

Newe Seguros S.A

(anteriormente denominada Markel
Seguradora do Brasil S.A.)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da NEWE Seguros S.A. (antiga denominação da Markel Seguradora do Brasil S.A.), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício de 2019 a NEWE Seguros S.A teve seu controle acionário alterado. Com a mudança no controle acionário, todo o processo decisório passou a ser feito diretamente no Brasil. Essa mudança tornou a tomada de decisão mais ágil, facilitando e aproximando a companhia ainda mais dos seus parceiros corretores e segurados.

Em 6 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30 de outubro de 2019, por meio da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios de Markel Seguradora S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para os acionistas da CBM Participações, na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26 de junho de 2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15 de julho de 2019.

Em 22 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 7 de novembro de 2019, por meio da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para NEWE Seguros S.A.

Na sequência, em 02 de dezembro de 2019, as alterações societárias foram aprovadas pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

A NEWE Seguros S.A. irá direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros especiais aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

A autorização para operar no mercado brasileiro de seguros como Seguradora foi concedida no dia 12 de janeiro de 2017, e atualmente a Companhia possui um capital social de R\$ 59,7 milhões e um patrimônio líquido de 40,5 milhões.

A Companhia, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora auferiu R\$ 79,4 milhões de prêmios ganhos, com principal atuação no ramo Rural. O índice de sinistralidade ficou em 69% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos) e as despesas de comercialização atingiram 16,5%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora apresentou um lucro de R\$ 12,7 milhões.

A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional.

A administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Oportunamente, a NEWE Seguros S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, a companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Newe Seguros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Newe Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Newe Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

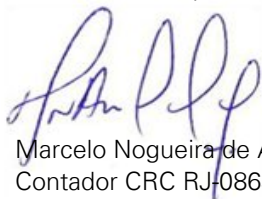
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Neve Seguros S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		<u>119,051</u>	<u>109,140</u>
Disponível		<u>1,705</u>	<u>1,013</u>
Caixa e bancos	5	174	441
Equivalentes de caixa	5	1,531	572
Aplicações	6	<u>56,190</u>	<u>20,471</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>6,046</u>	<u>14,285</u>
Prêmios a Receber	7.1	5,197	14,096
Operações com resseguradoras	7.2	849	189
Ativos de resseguro	15.1	<u>50,026</u>	<u>68,562</u>
Títulos e créditos a receber		<u>457</u>	<u>85</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	425	38
Outros créditos		32	47
Despesas antecipadas		<u>199</u>	<u>-</u>
Custos de aquisição diferidos	9	<u>4,428</u>	<u>4,724</u>
Seguros		4,428	4,724
Ativo não circulante		<u>14,159</u>	<u>20,205</u>
Realizável a longo prazo	6	<u>12,374</u>	<u>18,708</u>
Aplicações			<u>18,708</u>
Ativos de resseguro	15.1	<u>35</u>	<u>-</u>
Títulos e créditos a receber		<u>12,306</u>	<u>-</u>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	12,306	-
Despesas antecipadas		<u>17</u>	<u>-</u>
Custos de aquisição diferidos	9	<u>16</u>	<u>-</u>
Imobilizado	10	<u>784</u>	<u>1,014</u>
Bens móveis		579	641
Outras imobilizações		205	373
Intangível	11	<u>1,001</u>	<u>482</u>
Total do ativo		<u><u>133,210</u></u>	<u><u>129,345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neve Seguros S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		<u>92,367</u>	<u>101,205</u>
Contas a pagar		<u>2,691</u>	<u>3,676</u>
Obrigações a pagar	12.1	1,520	2,764
Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	336	232
Encargos trabalhistas	12.3	636	404
Impostos e contribuições	12.4	129	265
Outras contas a pagar	12.5	70	11
Débitos de operações de seguros e resseguros		<u>25,550</u>	<u>16,248</u>
Operações com Resseguradoras	13.1	23,945	13,264
Corretores de seguros e resseguros	13.3	984	2,053
Outros débitos operacionais		621	931
Depósitos de terceiros		<u>429</u>	<u>10</u>
Provisões técnicas - seguradoras	14.2	<u>63,697</u>	<u>81,271</u>
Danos		63,697	81,271
Passivo não circulante		<u>316</u>	<u>190</u>
Contas a pagar	12	<u>253</u>	<u>190</u>
Tributos diferidos		203	140
Contingências		50	50
Provisões técnicas - seguradoras	14.2	<u>63</u>	<u>-</u>
Danos		63	-
Patrimônio líquido	17	<u>40,527</u>	<u>27,950</u>
Capital social		59,700	48,000
Aumento de capital em aprovação			11,700
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários			168
Prejuízos acumulados		<u>(19,173)</u>	<u>(31,918)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>133,210</u></u>	<u><u>129,345</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Newe Seguros S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios emitidos líquidos	19	79,876	71,520
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	(496)	(19,946)
Prêmios ganhos	19	79,380	51,574
Sinistros ocorridos	20.1	(54,985)	(93,190)
Custos de aquisição	20.2	(13,090)	(8,357)
Outras receitas e despesas operacionais		(1,626)	(134)
Resultado com resseguro	20.3	718	52,713
Receita com resseguro		52,241	87,227
Despesa com resseguro		(52,155)	(34,514)
Outros resultados com resseguros		632	-
Despesas administrativas	20.4	(10,974)	(19,270)
Despesas com tributos	20.5	(267)	(894)
Resultado financeiro	20.6	1,751	2,017
Receitas financeiras		4,862	2,403
Despesas financeiras		(3,111)	(386)
Resultado operacional		908	(15,540)
Resultado antes dos impostos e participações		908	(15,540)
Imposto de renda corrente	21	7,472	-
Contribuição social	21	4,467	-
Participações sobre o lucro		(102)	(44)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		12,745	(15,584)
Quantidade de ações		77,212,205	77,212,205
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R\$)		0.1651	(0.2018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Newe Seguros S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12,745	(15,584)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(280)	260
Efeito tributário	<u>112</u>	<u>(117)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>(168)</u>	<u>143</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>12,577</u></u>	<u><u>(15,441)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Newe Seguros S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social subscrito	Aumento capital em aprovação	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	48,000	-	-	25	(16,334)	31,691
Aumento de capital conforme AGE datada de 27 de dezembro de 2018	-	11,700	-	-	-	11,700
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	143	-	143
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(15,584)	(15,584)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>48,000</u>	<u>11,700</u>	<u>-</u>	<u>168</u>	<u>(31,918)</u>	<u>27,950</u>
Aumento de capital conforme Portaria SUSEP/DIORG nº1.282 de 22/02/2019	11,700	(11,700)	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(168)	-	(168)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	12,745	12,745
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>59,700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19,173)</u>	<u>40,527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Newe Seguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12,745	(15,584)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	732	260
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	812	124
Varição das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(18,029)	(4,678)
Créditos das operações	7,428	(6,238)
Ativos de resseguro	18,502	(59,885)
Créditos tributários e previdenciários	(12,693)	337
Outros ativos	79	(3,766)
Fornecedores e outras contas a pagar	(953)	735
Impostos e contribuições	(32)	314
Débitos das operações	9,302	5,859
Provisões técnicas - seguros	(17,511)	70,493
Outros passivos	482	179
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>863</u>	<u>(11,851)</u>
Juros recebidos	850	1,700
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>1,713</u>	<u>(10,151)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(95)	(461)
Aquisição de intangível	(927)	(77)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	<u>692</u>	<u>(538)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	11,700
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>11,700</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>692</u>	<u>1,011</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1,013	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1,705	1,013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Em 6 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30 de outubro de 2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios da Markel Seguradora do Brasil S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para os acionistas da CBM Participações Ltda, na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26 de junho de 2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15 de julho de 2019.

Em 22 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 7 de novembro de 2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para NEWE Seguros S.A.

A NEWE Seguros S.A. (anteriormente denominada Markel Seguradora do Brasil S.A.) (“NEWE Seguros” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, Conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido, a partir de 30 de outubro de 2019, pela CBM Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias.

A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26(R1).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela administração em 11 de fevereiro de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. A principal estimativa reconhecida pela Companhia envolvendo apólices de seguros e contratos de resseguros refere-se à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (*Incurred But Not Reported - IBNR*) e a provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (*Incurred but not enough reported - IBNER*). A Companhia utiliza as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para apólices cujo evento segurado já tenha ocorrido em conformidade com as condições gerais e notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para o pagamento das obrigações devidas.

Informações adicionais sobre estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER
- Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Disponível

Considerando as características dos ativos financeiros da Companhia, incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia pode classificar seus passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

3.2.2 *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

3.2.3 *Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2.4 *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia, por ter iniciado suas operações em 2017 e não possuir histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência, utilizou em Dezembro de 2019, a metodologia descrita no Artigo 168 da Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações para avaliar a necessidade de constituição de perda dos créditos contabilizados na rubrica contábil Prêmios a receber, e foi necessária o reconhecimento de perda no montante de R\$936 (R\$2.483 em dezembro de 2018).

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria.

A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.4 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A Companhia, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - é constituída com a finalidade de cobrir sinistros a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes e registrados na data-base.

É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.

- Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa da provisão com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e metodologia descrita na NTA, e avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud) – é constituída para cobertura dos valores esperados relativos aos sinistros que estão sendo discutidos judicialmente. É realizada individualmente para cada caso e segue as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA, e avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR e IBNER) - são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados e para complementar de forma global a PSL, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Os cálculos seguem as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA, e são avaliadas regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas aos sinistros. A provisão é calculada seguindo as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA, e avaliada regularmente através de testes de consistência.

3.6 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2019, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas.

As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento do contrato atual. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram baseados utilizando bases de dados históricas da companhia e também estatísticas do mercado segurador, disponibilizadas pela SUSEP por meio do SES (Sistema de Estatísticas da SISEP).

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2019. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL e IBNR, também não há insuficiências a cobrir.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.8 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e contribuição social correntes e diferidos.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.11 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Companhia pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio.

3.12 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.12.1 Prêmios emitidos

Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria conforme apresentado na Nota técnica atuarial.

Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

3.12.2 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3.12.3 Sinistros

Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado.

3.12.4 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. Já em vigor pelo Comitê de pronunciamento Contábil desde 01 de janeiro de 2018, mas está sendo referendado pela SUSEP.

b. IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

4 Estrutura de gestão de riscos

A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro.

A NEWE implementou e tem aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos

Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da NEWE são os seguintes:

- Aprimoramento - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.
- Alcance - a estrutura de controles internos deve ser:
 - Abrangente - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio
 - Comunicada - para que todos tenham conhecimento do programa
 - Simples - para que todos possam compreendê-la
 - Relevante - a fim de que todos se envolvam com o processo
 - Utilizada - ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia-a-dia
- Evidente - as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais.
- Emergente - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes.
- Eficaz - a estrutura tem que funcionar.

A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição -, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos da Companhia tem suas funções definidas na estrutura e atuam conjuntamente para uma gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

4.1.1 Risco de subscrição

Definimos o Risco de Subscrição como:

"O risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de resseguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios."

A Companhia oferece cobertura de seguro para o mercado brasileiro de seguros nas carteiras riscos rurais, riscos diversos, responsabilidade civil e pessoas coletivo - acidentes pessoais, sob condições contratuais dos produtos registrados na SUSEP cujas respectivas autorizações de comercialização encontram-se em vigor. Nossos canais de distribuição incluem a intermediação por corretores de seguros.

4.1.2 Subscrição de risco

A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, distribuição geográfica dos riscos expostos, exposição aos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros do segurado e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade do segurado e a do mercado. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais.

Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia será capaz de proteger suas exposições brutas relacionadas com riscos agrícolas através de coberturas de resseguro.

4.1.3 Revisão do risco de subscrição

A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos se encontram com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho.

A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos.

4.2 Risco operacional

Definimos o risco operacional como:

- "O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos". Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios.

- A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios.
- A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e revisados pela Gestão de Riscos da Companhia.
- A Companhia se submete a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a políticas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2019	
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(5.498)	(274)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	5.498	274
Corretagem	Aumento de 10%	(1.309)	(1.032)
Corretagem	Diminuição de 10%	1.309	1.032

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2018	
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(9.319)	(596)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	9.319	596
Corretagem	Aumento de 10%	(836)	(531)
Corretagem	Diminuição de 10%	836	531

4.2.2 Concentração de risco por região de atuação

31/12/2019			
Grupo de ramo	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	18.207	17.177	1.029
Nordeste	1.749	1.603	146
Norte	1.502	1.387	114
Sul	51.298	48.687	2.611
Sudeste	7.053	6.652	401
Prêmio RVNE	68	32	36
Total	<u>79.876</u>	<u>75.539</u>	<u>4.337</u>

31/12/2018			
Grupo de ramo	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	16.763	15.773	990
Nordeste	1.661	1.587	74
Norte	783	739	44
Sul	45.213	42.455	2.758
Sudeste	4.395	4.136	259
Prêmio RVNE	2.705	2.591	114
Total	<u>71.520</u>	<u>67.281</u>	<u>4.239</u>

4.2.3 Tabela de evolução de sinistros

Ano de subscrição	2017	2018	2019	Total
Montante estimado para os sinistros				
No ano do aviso	28	43.694	43.793	-
Um ano após o aviso	187	74.128	-	-
Dois anos após o aviso	187	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2019)	187	74.128	43.793	118.108
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(68.302)	(40.162)	(108.651)
Provisão de sinistros a liquidar	<u>-</u>	<u>5.825</u>	<u>3.632</u>	<u>9.457</u>
Resseguro	-	-	-	(8.806)
Provisões líquidas de resseguros				<u>651</u>

Risco de liquidez

Definimos o risco de liquidez como:

- "O risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos".
- O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais.
- Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez.
- A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2019

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado (*)	56.190	-	56.190
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.045	-	6.045
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.705	-	1.705
Ativos de contratos de resseguro	<u>50.025</u>	<u>35</u>	<u>50.061</u>
Total de ativos financeiros	<u>113.966</u>	<u>35</u>	<u>114.001</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar	2.691	203	2.894
Débitos das operações com seguros e resseguros	25.550	-	25.550
Passivos de contratos de seguro	<u>29.694</u>	<u>63</u>	<u>29.758</u>
Total de passivos financeiros	<u>57.936</u>	<u>266</u>	<u>58.202</u>

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2018

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (*)	-	10.585	10.585
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	20.471	8.123	28.594
Créditos das operações com seguros e resseguros	14.285	-	14.285
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.013	-	1.013
Ativos de contratos de resseguro	<u>19.937</u>	<u>-</u>	<u>19.937</u>
Total de ativos financeiros	<u>55.706</u>	<u>18.708</u>	<u>74.414</u>
Passivos financeiros			
Contas a pagar	3.676	-	3.675
Débitos das operações com seguros e resseguros	16.248	-	16.248
Passivos de contratos de seguro	<u>29.262</u>	<u>-</u>	<u>29.262</u>
Total de passivos financeiros	<u>49.186</u>	<u>-</u>	<u>49.186</u>

(*) Esses ativos estão apresentados na tabela com base nos vencimentos originais, entretanto possuem alta liquidez.

4.3 Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

O principal fator de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta na data do balanço é a taxa de juros (Selic). A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Companhia, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do exercício e do patrimônio líquido.

31/12/2019				
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pós-Fixados Públicos Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1% na taxa de juros	19.811	(19)	19.792
Quotas de fundos de investimentos		27.879	-	27.879
Ativos Pós-Fixados Privados Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	8.500	(1)	8.499
Total		<u>56.190</u>	<u>(20)</u>	<u>56.170</u>
Impacto líquido de Efeito Tributário		-	(12)	-
31/12/2018				
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pré-Fixados Públicos Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 1% na taxa de juros	18.708	(182)	18.526
Ativos Pré-Fixados Privados Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	20.471	(1)	20.470
Total		<u>39.179</u>	<u>(183)</u>	<u>38.996</u>
Impacto líquido de Efeito Tributário		-	(82)	-

4.4 Risco de crédito

Definimos o risco de crédito como:

- "O risco de perda resultante da incapacidade de uma contraparte em cumprir com suas obrigações de pagamento".
- Para a NEWE as contrapartes-chave dentro do risco de crédito são seguradoras, resseguradoras e corretoras de resseguro.
- O Risco de crédito é o risco de perda de valor dos ativos de resseguro e ativos financeiros como resultado de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte das suas obrigações com a Companhia.

- A NEWE tem políticas para garantir que limites ou certas exposições a risco de crédito não sejam excedidas através de monitoramento e controle utilizando indicadores-chave de risco e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em conta a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e da dinâmica de fatores de mercado.
- A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito, de acordo com as agências classificadoras de risco: *Moody's, A.M. Best, Standard & Poors e Fitch*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

	<u>31/12/2019</u>			
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	1.531	-	1.531
Valor justo por meio de resultados				
Ativos pós-fixados públicos	19.811	-	-	19.811
Quotas de fundos de investimentos	-	27.879	-	27.879
Ativos pós-fixados privados	-	8.500	-	8.500
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	-	-	5.197	5.197
Exposição máxima ao risco de crédito	19.811	37.910	5.197	62.918
				<u>31/12/2018</u>
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	1.013	-	1.013
Mantidos até o vencimento				
Ativos pré-fixados públicos	10.585	-	-	10.585
Disponíveis para venda				
Ativos pré-fixados privados	-	20.471	-	20.471
Ativos pré-fixados públicos	8.123	-	-	8.123
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	-	-	14.285	14.285
Exposição máxima ao risco de crédito	<u>18.708</u>	<u>21.484</u>	<u>14.285</u>	<u>54.477</u>

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Contas bancárias	173	441
Equivalentes de caixa	<u>1.531</u>	<u>572</u>
	<u>1.705</u>	<u>1.013</u>

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

31/12/2019						
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% taxa de juros aplicado anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado						
Títulos públicos federais - LFT	08/03/2019	01/09/2025	19.811	19.811	-	35,26 Selic
Títulos privados – CDB	02/09/2019	17/08/2022	8.500	8.500	-	15,13 99,5% CDI
Cotas de fundos de investimentos	31/10/2019	-	7.558	7.558	-	13,46 % CDI
Cotas de fundos de investimentos	11/11/2019	-	7.046	7.046	-	12,54 % CDI
Cotas de fundos de investimentos	05/12/2019	-	3.265	3.265	-	5,8 % CDI
Cotas de fundos de investimentos	17/12/2019	-	<u>10.010</u>	<u>10.010</u>	<u>-</u>	<u>17,81 % CDI</u>
Total títulos valor justo por meio de resultado	-	-	<u>56.190</u>	<u>56.190</u>	<u>-</u>	<u>100 -</u>
Total das aplicações financeiras	-	-	<u>56.190</u>	<u>56.190</u>	<u>-</u>	<u>100 -</u>
Total classificado no ativo circulante	-	-	-	56.190	-	-

31/12/2018

	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% taxa de juros aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos disponíveis para venda							
Títulos públicos federais - NTN F(*)	17/07/2017	01/01/2023	7.811	8.123	312	21	9,83%
Títulos privados – CDB	30/11/2016	18/11/2019	2.676	2.673	(3)	7	98,75% CDI
Títulos privados – CDB	30/10/2018	14/10/2021	6.292	6.292	-	16	98% CDI
Títulos privados - CDB	27/12/2018	13/12/2021	<u>11.506</u>	<u>11.506</u>	<u>-</u>	<u>29</u>	<u>99% CDI</u>
Total títulos disponíveis para venda	-	-	<u><u>28.285</u></u>	<u><u>28.594</u></u>	<u><u>309</u></u>	<u><u>73</u></u>	-
Títulos mantidos até o vencimento							
Títulos -públicos federais - NTN F(*)	22/11/2017	01/01/2023	<u>10.585</u>	<u>10.585</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>9,70%</u>
Total títulos mantidos até o vencimento	-	-	<u><u>10.585</u></u>	<u><u>10.585</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>27</u></u>	-
Total das aplicações financeiras	-	-	<u><u>38.870</u></u>	<u><u>39.179</u></u>	<u><u>309</u></u>	<u><u>100</u></u>	-
Total classificado no ativo circulante	-	-	-	20.471	-	-	-
Total classificado no ativo não circulante	-	-	-	18.708	-	-	-

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas, custodiados pelo Banco Bradesco. Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	LFT	Cotas	NTN-F	CDB	Total
Saldo em 31/12/2017	-	-	18.481	17.577	36.058
Aplicações	-	-	-	21.500	21.500
Resgates	-	-	-	(19.235)	(19.235)
Rendimentos	-	-	1.656	632	2.288
Recebimento de juros	-	-	(1.700)	-	(1.700)
Ajuste a valor de mercado	-	-	271	(3)	268
Saldo em 31/12/2018	-	-	18.708	20.471	39.179
Aplicações	19.405	27.750	-	10.000	57.155
Resgates	-	-	(19.405)	(22.753)	(42.158)
Rendimentos	406	129	111	782	1.428
Recebimento de juros	-	-	(850)	-	(850)
Lucro na venda	-	-	1.750	-	1.750
Ajuste a valor de mercado	-	-	(314)	-	(314)
Saldo em 31/12/2019	19.811	27.879	-	8.500	56.190

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo:

- a. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- b. **Nível 2** - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e
- c. **Nível 3** - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo através do resultado						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	8.500	8.500	-	20.471	20.471
Cotas de Fundos de Investimentos	27.879	-	27.879	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.811	-	19.811	-	-	-
Mantidos até o vencimento						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	10.585	-	10.585
Disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	8.123	-	8.123
	<u>47.690</u>	<u>8.500</u>	<u>56.190</u>	<u>18.708</u>	<u>20.471</u>	<u>39.179</u>

Não houve transferência entre níveis em 2019 e 2018.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

Grupo de ramo	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural	2.095	12.611
RVNE	4.037	3.969
RVR - Prêmios a receber	(936)	(2.483)
Total	<u>5.197</u>	<u>14.096</u>
Circulante	5.197	14.096

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 registrou provisão para redução a valor recuperável de prêmios no montante de R\$ 936 (R\$2.483 em 31 de dezembro de 2018).

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	Resseguradora Local	Resseguradora Local
Rural	511	6
Total	<u>511</u>	<u>6</u>
Circulante	511	6

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2017	8.101
Emissões	78.314
Cancelamentos	(9.499)
RVNE	2.705
Recebimentos	(63.042)
Redução ao Valor Recuperável	<u>(2.483)</u>
Saldo em 31/12/2018	14.096
Emissões	90.593
Cancelamentos	(10.785)
RVNE	68
Recebimentos	(87.839)
Redução ao Valor Recuperável	<u>(936)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>5.197</u>

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Sem vencimento	<u>4.038</u>	<u>3.969</u>
A vencer até 30 dias	466	430
A vencer de 31 a 60 dias	12	92
A vencer de 61 a 120 dias	99	4.896
A vencer de 121 a 180 dias	18	3.573
A vencer de 181 a 365 dias	-	184
A vencer acima de 365 dias	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>595</u>	<u>9.177</u>
Vencidos até 30 dias	522	829
Vencidos de 31 a 60 dias	-	105
Vencidos de 61 a 120 dias	42	368
Vencidos de 121 a 180 dias	161	1.022
Vencidos de 180 a 365 dias	542	-
A vencer acima de 365 dias	<u>233</u>	<u>1.111</u>
	<u>1.500</u>	<u>3.434</u>
Créditos com operações de seguros e resseguros	<u>6.133</u>	<u>16.580</u>
Redução ao Valor Recuperável	<u>(936)</u>	<u>(2.483)</u>
Saldo	<u>5.197</u>	<u>14.096</u>

b. Sinistros Pagos

A Seguradora possui a expectativa de recuperar, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$511 (R\$6 em 31 de dezembro de 2018) em 90 dias.

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

<i>Composição dos Créditos Tributários</i>	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda a compensar	1	17
Imposto de renda diferido sobre:	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	1
Contribuição social a compensar	38	-
Contribuição social diferida sobre:	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	1
Cofins a Compensar	350	-
Pis a Compensar	36	-
Fundo de Garantia a Recuperar	-	19
	<u>425</u>	<u>38</u>
Total Circulante	<u>425</u>	<u>38</u>
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:	-	-
Prejuízos Fiscais (a)	7.691	-
Diferenças Temporais	(127)	-
Contribuição social diferida sobre:	-	-
Bases Negativas (a)	4.615	-
Diferenças Temporais	(76)	-
	<u>12.306</u>	<u>-</u>
Total Não Circulante	<u>12.306</u>	<u>-</u>
	<u>12.731</u>	<u>38</u>

- (a) A Companhia constitui créditos tributários em 2019 no montante de R\$12.306. Tal constituição foi possível devido ao estudo realizado pela Companhia onde demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação. No quadro abaixo, destacamos que em 3 anos iremos compensar 63% do total dos créditos tributários:

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Lucros tributários futuros	4.189.382	8.409.526	13.131.104
Compensação créditos tributáveis (30%)	1.256.815	2.522.858	3.939.331
% Consumido	10%	21%	32%

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2017	<u>(11)</u>	<u>(10)</u>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	<u>(66)</u>	<u>(53)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>(77)</u>	<u>(63)</u>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	7.691	4.615
Ajustes Temporais	(127)	(76)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	<u>77</u>	<u>63</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>7.564</u>	<u>4.539</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 30.765 (R\$31.918 em 31 de dezembro de 2018).

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2019	31/12/2018
R. C. Profissional	16	52
Rural	<u>4.428</u>	<u>4.672</u>
Total	<u>4.444</u>	<u>4.724</u>
Circulante	4.428	4.724
Não Circulante	16	-

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2017	<u>763</u>
Constituição	12.318
Amortização	<u>(8.357)</u>
Saldo em 31/12/2018	4.724
Constituição	12.810
Amortização	<u>(13.090)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>4.444</u>

As despesas de comercialização são registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dessas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Móveis e utensílios	10%	369	335
Informática	20%	466	436
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33,3%	597	566
	-	<u>1.432</u>	<u>1.337</u>
Depreciação/Amortização acumulada	-	<u>(649)</u>	<u>(323)</u>
Total	-	<u>784</u>	<u>1.014</u>

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	304	34	(36)	302
Informática	337	30	(90)	277
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>373</u>	<u>31</u>	<u>(198)</u>	<u>204</u>
Exercício findo em 31/12/2019	1014	95	(324)	784
Exercício findo em 31/12/2018	813	461	(260)	1.014

11 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	<u>482</u>	<u>927</u>	<u>(408)</u>	<u>1.001</u>
Exercício findo em 31/12/2019	482	927	(408)	1.001
Exercício findo em 31/12/2018	405	77	-	482

12 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	665	2.421
Juros sobre capital próprio a pagar	750	-
Provisão para participações nos lucros / bônus	<u>105</u>	<u>343</u>
Subtotal	<u>1.520</u>	<u>2.764</u>

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda retido de funcionários	103	77
Impostos retidos de terceiros	57	51
Contribuições para o FGTS	40	27
Outros impostos retidos de terceiros	<u>136</u>	<u>77</u>
Subtotal	<u>336</u>	<u>232</u>

12.3 Encargos trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Férias a pagar	470	284
Encargos sobre férias e 13º salário	<u>166</u>	<u>120</u>
Subtotal	<u>636</u>	<u>404</u>

12.4 Impostos e contribuições

	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	<u>129</u>	<u>265</u>
Subtotal	<u>129</u>	<u>265</u>

12.5 Outras contas a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Outras contas a pagar	<u>70</u>	<u>11</u>
Subtotal	<u>70</u>	<u>11</u>
Total	<u>2.691</u>	<u>3.676</u>

13 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro e comissões de corretagem a pagar. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros.

13.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	31/12/2019	31/12/2018
R.C Profissional	-	92
Rural	20.216	9.412
RVNE	<u>3.728</u>	<u>3.760</u>
Total	<u>23.944</u>	<u>13.264</u>
Circulante	23.944	13.264

13.2 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2017	9.625
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	44.983
Pagamentos	(42.987)
RVNE	<u>1.643</u>
Saldo em 31/12/2018	13.264
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	51.0375
Pagamentos	(40.158)
RVNE	<u>(197)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>23.944</u>

13.3 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	31/12/2019	31/12/2018
R.C Profissional	-	6
Rural	<u>984</u>	<u>2.047</u>
Total	<u>984</u>	<u>2.053</u>
Circulante	984	2.053

14 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

14.1 Ativos de resseguro

31/12/2019						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	35	-	-	-	-	35
Rural	18.086	8.806	22.072	939	123	50.026
Total	18.121	8.806	22.072	939	123	50.061
Total classificado no ativo circulante	18.086	8.806	22.072	939	123	50.025
Total classificado no ativo não circulante	35	-	-	-	-	35
31/12/2018						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	117	-	27	-	-	144
Rural	19.320	2.435	22.641	1.878	22.144	68.418
Total	19.437	2.435	22.668	1.878	22.144	68.562
Total classificado no ativo circulante	19.437	2.435	22.668	1.878	22.144	68.562

14.2 Provisões técnicas

31/12/2019						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	63	-	-	-	-	63
Rural	29.694	9.457	23.404	1.009	132	63.697
Total	29.758	9.457	23.404	1.009	132	63.760
Total classificado no passivo circulante	29.694	9.457	23.404	1.009	132	63.697
Total classificado no passivo não circulante	63	-	-	-	-	63
31/12/2018						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
R. C. Profissional	210	-	49	-	-	258
Rural	29.053	2.621	23.996	2.018	23.325	81.013
Total	29.262	2.621	24.044	2.018	23.325	81.271
Total classificado no passivo circulante	29.262	2.621	24.044	2.018	23.325	81.271

14.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.317	28	1.429	4	-	10.778
(+) Prêmio emitido	71.520	-	-	-	-	71.520
(-) Prêmio ganho	(51.575)	-	-	-	-	(51.575)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	43.853	-	-	-	43.853
(-) Pagamento de sinistro	-	(41.260)	-	-	-	(41.260)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	22.616	-	-	22.616
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	23.325	23.325
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.396	-	3.396
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(1.382)	-	(1.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.262	2.621	24.045	2.018	23.325	81.271
(+) Prêmio emitido	79.876	-	-	-	-	79.876
(-) Prêmio ganho	(79.380)	-	-	-	-	(79.380)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	67.481	-	-	-	67.481
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	6.413	-	-	-	6.413
(-) Pagamento de sinistro	-	(66.806)	-	-	-	(66.806)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(582)	-	-	-	(582)
(+) Atualização monetária	-	330	-	-	-	330
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(641)	-	-	(641)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	(23.193)	(23.193)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	4.924	-	4.924
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(5.933)	-	(5.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	29.758	9.457	23.404	1.009	132	63.760

14.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.327	25	1.321	4	-	8.677
(+) Prêmio emitido	46.626	-	-	-	-	46.626
(-) Prêmio ganho	(34.516)	-	-	-	-	(34.516)
(+) Aviso de sinistro	-	40.581	-	-	-	40.581
(-) Sinistros recuperados	-	(38.165)	-	-	-	(38.165)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(6)	-	-	-	(6)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	21.346	-	-	21.346
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	3.156	-	3.156
(-) PDR recuperada	-	-	-	(1.282)	-	(1.282)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	22.144	22.144
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.437	2.435	22.668	1.878	22.144	68.562
(+) Prêmio emitido	50.838	-	-	-	-	50.838
(-) Prêmio ganho	(52.155)	-	-	-	-	(52.155)
(+) Aviso de sinistro	-	70.193	-	-	-	70.193
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	5.956	-	-	-	5.956
(-) Sinistros recuperados	-	(69.026)	-	-	-	(69.026)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(546)	-	-	-	(546)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(511)	-	-	-	(511)
(+) Atualização monetária	-	305	-	-	-	305
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(596)	-	-	(596)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	4.664	-	4.664
(-) PDR recuperada	-	-	-	(5.603)	-	(5.603)
(+/-) Constituição/Reversão IBNER	-	-	-	-	(22.021)	(22.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.121	8.806	22.072	939	123	50.061

15 Garantia de provisões técnicas

Para garantia das provisões técnicas as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31/12/2019	31/12/2018
Cotas de fundos de investimentos	<u>15.561</u>	<u>-</u>
Títulos de renda fixa - públicos (NTN-F)	<u>-</u>	<u>18.708</u>
Títulos de renda fixa - públicos (LFT)	<u>19.811</u>	<u>-</u>
Total de ativos dados em garantia (A)	<u>35.372</u>	<u>18.708</u>
Provisões técnicas	63.760	81.271
(-) Ativo redutor de PPNG	(3.655)	(12.820)
(-) Direitos creditórios	(478)	(9.147)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros - resseguro	<u>(31.940)</u>	<u>(49.126)</u>
Total a ser coberto (B)	<u>27.687</u>	<u>10.178</u>
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	<u>7.685</u>	<u>8.530</u>

16 Provisões Judiciais

A Companhia possui ações judiciais de natureza Cível, Trabalhistas e Outros. Para todos os casos, a Companhia segue o CPC 25 – Passivo Contingente para avaliar a contabilização dos valores envolvidos, nesse contexto, ações com risco de perda possível ou remoto não são provisionados.

16.1 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 20 (vinte) ações cíveis decorrentes de sua atividade operacional, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. De acordo com a análise dos consultores jurídicos a probabilidade de perda desses processos foi classificada como possível com valor de risco envolvido de R\$6.161.

16.2 Outros

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía um auto de infração lavrado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. De acordo com a análise dos consultores jurídicos a probabilidade de perda deste processo foi classificada como provável com valor de risco envolvido de R\$50 (R\$50 em 31 de dezembro de 2018).

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 59.700 (R\$59.700 em 31 de dezembro de 2018) está dividido em 77.212.205 (77.212.205 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 22 de fevereiro de 2019, a SUSEP, através da Portaria SUSEP/DIORG nº 1.282 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 11.700.

18 Adequação de capital

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido	40.527	27.950
Ajustes contábeis		
(-) Créditos tributários	(12.306)	-
(-) Despesas antecipadas	(216)	-
(-) Ativos intangíveis	<u>(1.001)</u>	<u>(482)</u>
Patrimônio líquido ajustado Subtotal	<u>27.004</u>	<u>27.468</u>
I - Patrimônio líquido ajustado Total	<u>27.004</u>	<u>27.468</u>
Capital base (CB) (a)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
II - Capital de risco (CR) (b)	<u>9.395</u>	<u>6.592</u>
Capital de Risco de Subscrição	4.859	4.321
Capital de Risco de Crédito	4.510	2.187
Capital de Risco de Mercado	1.596	567
Capital de Risco Operacional	684	670
Benefício de diversificação	(2.254)	(1.153)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) - maior entre (a) e (b)	<u>15.000</u>	<u>15.000</u>
IV - Suficiência de Capital (PLA-CMR)	<u>12.220</u>	<u>12.468</u>
V - Ativos Líquidos	<u>7.685</u>	<u>8.530</u>
Capital de Risco Reduzido	9.395	6.592
VI - Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (V / II) (*)	82%	129%
VII- Suficiência de PLA em relação ao CMR (I/ III) (**)	180%	183%

(*) VI - liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco (CR), deduzido deste valor o superávit de fluxos de prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas;

(**) VII - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à Susep pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR

19 Índices Operacionais

31/12/2019					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Varição das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
R.C. Profissional	-	-	-	-	-
Rural	79.876	(496)	79.380	69%	16%
Total	79.876	(496)	79.380	69%	16%

31/12/2018					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Varição das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
R.C. Profissional	247	(210)	37	130%	25%
Rural	71.273	(19.736)	51.537	181%	16,2%
Total	71.520	(19.946)	51.574	181%	16,2%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

31/12/2019					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro -	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
R.C. Profissional	-	-	-	-	-
Rural	79.876	(75.539)	4.337	5,4%	94,6%
Total	79.876	(75.539)	4.337	5,4%	94,6%

31/12/2018					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro -	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
R.C. Profissional	247	(138)	109	44,1%	55,9%
Rural	71.273	(67.143)	4.130	5,8%	94,2%
Total	71.520	(67.281)	4.239	5,9%	94,1%

20 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

20.1 Sinistros ocorridos

	31/12/2019	31/12/2018
Indenizações avisadas	(73.894)	(43.853)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	23.193	(23.325)
Despesas com sinistros	(4.924)	(3.396)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	640	(22.616)
	<u>(54.985)</u>	<u>(93.190)</u>

20.2 Custos de aquisição

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de comissão	(12.810)	(12.318)
Varição das despesas de comissão diferidas	(280)	3.961
	<u>(13.090)</u>	<u>(8.357)</u>

20.3 Resultado com resseguro

	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação com indenização de sinistro	70.193	40.581
Constituição IBNER	(22.021)	22.144
Despesas com sinistros	4.664	3.156
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	(596)	21.346
Prêmio de resseguro (liquido dos custos de aquisição)	(46.701)	(46.626)
Varição da provisão de prêmios não ganhos	(5.454)	12.112
Outros resultados com resseguro	632	-
	<u>718</u>	<u>52.713</u>

20.4 Despesas administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal próprio	(6.918)	(5.922)
Serviços de terceiros	(4.378)	(6.375)
Localização e funcionamento	(2.682)	(1.648)
Publicações	(810)	(902)
Despesas administrativas diversas (a)	3.815	(4.423)
	<u>(10.973)</u>	<u>(19.270)</u>

- (a) A Seguradora reconheceu uma receita na rubrica de Despesas Administrativas Diversas, no montante de R\$3.815 (- R\$4.423 em 31 de dezembro de 2018), referente ao rateio de despesas assinado com a empresa Markel Resseguradora do Brasil.

20.5 Despesas com tributos

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	206	(541)
PIS	34	(88)
Taxa de fiscalização	(497)	(248)
Outros	<u>(10)</u>	<u>(17)</u>
	<u><u>(267)</u></u>	<u><u>(894)</u></u>

20.6 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	782	632
Rendimentos com títulos de renda públicos	3.118	1.656
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	129	-
Outras receitas	<u>833</u>	<u>115</u>
	<u><u>4.862</u></u>	<u><u>2.403</u></u>
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	(750)	-
Outras despesas	<u>(2.361)</u>	<u>(386)</u>
	<u><u>(3.111)</u></u>	<u><u>(386)</u></u>
Resultado financeiro	<u><u>1.751</u></u>	<u><u>2.017</u></u>

21 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos impostos e participações	5.375	(15.540)	908	(15.540)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(4.467)	-	-	-
(-) Participações sobre o lucro	(102)	(44)	(102)	(44)
(Prejuízo) após as participações	806	(15.584)	806	(15.584)
Adições temporárias - provisões indedutíveis	1.050	586	1.050	586
Adições permanentes - despesas indedutíveis	14	88	14	88
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	(1.189)	(911)	(1.189)	(911)
Base de cálculo	681	(15.822)	681	(15.822)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(204)	-	(204)	-
Base de cálculo após Compensação	477	(15.822)	477	(15.822)
Despesa do ano corrente	(92)	-	(72)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(92)	-	(72)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social corrente	-19%	0%	-15%	0%
Diferenças temporárias	35	-	21	-
Redução na alíquota do imposto	(51)	-	(31)	-
Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(162)	-	(96)	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidas	7.742	-	4.645	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	7.564	-	4.539	-
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	7.472	-	4.467	-

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 10 (R\$183 em 2018).

23 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

23.1 Resseguro

A NEWE Seguros (anteriormente denominada Markel Seguradora do Brasil S.A.) possuía contrato de resseguro com a Markel Resseguradora do Brasil S.A., empresa que fazia parte do mesmo grupo econômico até 30 de outubro de 2019, data que através da portaria N°7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário.

O contrato de resseguro possui início de vigência em 24 horas de 31 de maio de 2017 e fim de vigência em 24 horas de 17 de julho de 2019.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

Markel Resseguradora do Brasil S.A.

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Operações com Resseguradoras	663	189
Ativos de resseguros	<u>24.728</u>	<u>68.562</u>
	<u>25.391</u>	<u>68.751</u>
Passivo		
Contas a pagar (Cost share agreement)	-	(1.180)
Operações com resseguradoras	<u>3.318</u>	<u>(13.263)</u>
	<u>3.318</u>	<u>(14.443)</u>
	31/12/2019	31/12/2018
Resultado		
Prêmios de resseguro	(31.539)	(46.626)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	<u>(16.932)</u>	<u>12.112</u>
Prêmio Ganho	<u>(48.471)</u>	<u>(34.514)</u>
Variação da provisão de sinistros a liquidar	68.138	40.581
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(22.144)	22.144
Variação da provisão de despesas relacionadas	4.465	3.156
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	<u>(8.071)</u>	<u>21.346</u>
	<u>42.388</u>	<u>87.227</u>
Despesas administrativas		
Outras despesas administrativas (despesas <i>cost share agreement</i>)	<u>3.815</u>	<u>(4.340)</u>
	<u>3.815</u>	<u>(4.340)</u>
	<u>(2.268)</u>	<u>48.373</u>

24 Remuneração do pessoal chave da Administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários e a sua remuneração paga no exercício é de R\$ 0,7 (R\$ 717 em 31 de dezembro de 2018) .

* * *

Diretoria

Diretor Presidente: Carlos Alberto Caputo
Diretor Vice Presidente: Gabriel Boyer Nogueira Lima
Diretor Técnico: Rodrigo Motroni de Almeida

Contador: Vagner Gonçalves da Rocha
CRC nº 112111/O-7

Atuário: Gabriel Boyer Nogueira Lima
MIBA nº 1880